

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas)** horas, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala. O IAUPE disponibilizará sacos plásticos
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas. **Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.**

1. No processo de elaboração do orçamento público para o exercício financeiro de 2026, o estado do Mato Grosso verificou inconsistências na integração entre a Secretaria de Planejamento e os demais órgãos da administração estadual. Diante desse cenário, o Governador encaminhou à Assembleia Legislativa apenas o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), deixando de remeter o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ao fundamento de que o Plano Plurianual (PPA) vigente já estabelecia, de forma suficiente, os objetivos e programas governamentais para o período de 2024 a 2027.

Considerando as normas constitucionais aplicáveis ao sistema de planejamento e orçamento público, assinale a alternativa correta.

- a) O gestor agiu de forma correta, pois a aprovação prévia do PPA autoriza o encaminhamento direto da LOA, tornando dispensável a edição da LDO.
- b) O gestor agiu de forma correta, pois a LDO possui caráter meramente orientador, razão pela qual sua ausência não invalida o processo legislativo orçamentário, devendo o gestor enviar apenas uma justificativa pelo seu não envio.
- c) O gestor agiu de forma correta, pois a ocorrência de inconsistências na integração entre a secretaria de planejamento e os demais órgãos representa o único caso em que a lei autoriza o encaminhamento direto da LOA.
- d) O gestor agiu de forma incorreta, pois a LOA deve observar a compatibilidade com o PPA e ser elaborada em consonância com a LDO, que constitui instrumento obrigatório de articulação entre planejamento e orçamento.
- e) O gestor agiu de forma incorreta, pois, apesar de ser permitido o encaminhamento direto da LOA sem o envio da LDO, ele deveria ter mandado uma mensagem prévia ao Presidente da República justificando o caso.

2. Durante o segundo ano de vigência do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, o estado de São Paulo enfrentou forte aumento na demanda por políticas públicas de enfrentamento a eventos climáticos extremos, em razão de enchentes que atingiram diversos municípios. Diante da situação, o Governador encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a revisão parcial do PPA para incluir novo programa estadual de prevenção de desastres naturais, com previsão de construção de barragens e sistemas de drenagem. Parlamentares da oposição sustentaram que o PPA não poderia ser alterado durante sua vigência, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica e do planejamento estatal.

Considerando o regime constitucional aplicável ao Plano Plurianual, assinale a alternativa correta.

- a) Os parlamentares estão corretos, pois o PPA possui caráter imutável durante sua vigência, sendo vedada qualquer alteração de seus programas e metas após sua aprovação inicial.
- b) O governador pode promover alterações no PPA durante sua vigência, desde que observada a tramitação legislativa própria e a aprovação pelo Poder Legislativo.
- c) O governador só poderia ter feito a revisão do PPA no último ano de sua vigência, conforme prevê a Constituição Federal.
- d) A alteração do PPA depende apenas de autorização prévia do Tribunal de Contas estadual, independentemente de aprovação legislativa.
- e) O governador não precisaria encaminhar projeto de lei à Assembleia Legislativa para alterar o PPA, pois a inclusão de novos programas no PPA pode ser feita livremente pelo gestor, de modo unilateral.

3. Durante uma reunião de planejamento do estado de Santa Catarina, um gestor afirmou que os instrumentos orçamentários possuem diferentes horizontes temporais: um estabelece diretrizes anuais para orientar a elaboração do orçamento; outro define a programação financeira válida apenas para um exercício; e um terceiro organiza objetivos e metas governamentais para um período mais amplo, ultrapassando um único mandato anual.

Com base nas características temporais do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa correta.

- a) O PPA, a LDO e a LOA possuem vigência anual, diferenciando-se apenas quanto ao conteúdo material.
- b) A LDO possui horizonte plurianual, enquanto o PPA e a LOA possuem duração limitada a um exercício financeiro.
- c) A vigência do PPA coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo, iniciando-se no seu primeiro ano de governo e se encerrando no último ano do mandato.
- d) O PPA possui duração indeterminada, sendo atualizado anualmente pela LDO e executado pela LOA.
- e) O PPA estabelece planejamento de médio prazo, a LDO possui caráter anual de orientação e a LOA disciplina receitas e despesas para cada exercício financeiro.

4. Durante o processo de planejamento orçamentário do estado do Pará, o Poder Executivo iniciou a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2027. Após a consolidação das propostas setoriais, o projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa, que realizou discussões, apresentou emendas parlamentares e, ao final, aprovou a lei orçamentária. Em seguida, o governador sancionou a lei e iniciou sua execução por meio da liberação de recursos às secretarias estaduais.

Considerando as etapas do ciclo orçamentário estadual, assinale a alternativa correta.

- a) O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, discussão e aprovação legislativa, execução e controle/avaliação.
- b) O ciclo orçamentário se encerra com a elaboração do PLOA pelo Poder Executivo, não havendo etapas posteriores.
- c) A fase de execução orçamentária ocorre antes da aprovação da lei orçamentária, sendo suficiente a aprovação do projeto pelo Executivo.
- d) O ciclo orçamentário não envolve o Poder Legislativo, pois o orçamento é de competência exclusiva do Poder Executivo.
- e) A fase de controle orçamentário é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, sem participação do Poder Legislativo ou dos Tribunais de Contas.

5. Durante a execução do orçamento do estado do Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas estadual identificou inconsistências na aplicação de recursos destinados a obras de infraestrutura, apontando possíveis irregularidades na execução de contratos firmados por determinada secretaria. Diante disso, instaurou processo de fiscalização e determinou a apresentação de justificativas pelo gestor responsável. Paralelamente, a Assembleia Legislativa passou a analisar o relatório de execução orçamentária e avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Considerando a etapa de controle e avaliação do ciclo orçamentário estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A etapa de controle e avaliação é exercida exclusivamente pelo Tribunal de Contas estadual, sendo vedado ao Executivo exercer algum tipo de controle.
- b) O controle orçamentário é exercido apenas após o encerramento do exercício financeiro, não sendo possível sua atuação durante a execução do orçamento.
- c) O controle e a avaliação envolvem tanto o controle interno quanto o controle externo, este último exercido pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas.
- d) O Tribunal de Contas exerce função meramente consultiva, sem poder de fiscalização ou de requisição de informações aos gestores públicos.
- e) A avaliação do cumprimento das metas orçamentárias é atribuição exclusiva da Assembleia Legislativa, sem participação dos Tribunais de Contas.

6. Durante o exercício financeiro de 2026, determinado estado brasileiro registrou aumento expressivo em sua arrecadação. Entre as entradas de recursos contabilizadas, destacaram-se: arrecadação de ICMS, recebimento de aluguéis de imóveis públicos estaduais, contratação de operação de crédito para construção de rodovias e alienação de veículos pertencentes à frota estadual.

Considerando a classificação orçamentária das receitas públicas conforme a natureza da receita, assinale a alternativa correta.

- a) As receitas provenientes de alienação de bens e de operações de crédito são classificadas como receitas de capital.
- b) Os recursos obtidos com operação de crédito não podem ser classificados como receita, pois constituem operações realizadas no mercado financeiro.
- c) O recebimento de aluguéis de imóveis públicos estaduais não pode ser classificado como receita, por decorrer da exploração do patrimônio público.
- d) A arrecadação tributária estadual e a alienação de bens públicos são ambas classificadas como receitas correntes.
- e) As receitas de capital decorrem exclusivamente da arrecadação tributária destinada a investimentos públicos.

7. Durante o exercício financeiro de 2026, a Secretaria da Fazenda de determinado estado brasileiro realizou procedimentos relacionados à arrecadação do IPVA. Inicialmente, o órgão identificou os contribuintes e calculou os valores devidos por cada proprietário de veículo automotor. Em seguida, os contribuintes efetuaram o pagamento junto à rede bancária credenciada, e os valores arrecadados foram posteriormente transferidos para a conta única do Tesouro estadual. Considerando os estágios da receita pública, assinale a alternativa correta.

- a) O cálculo do valor devido pelos contribuintes corresponde ao estágio da arrecadação da receita pública.
- b) O pagamento realizado pelos contribuintes junto à rede bancária representa o estágio do lançamento da receita.
- c) O lançamento, a arrecadação e o recolhimento são estágios exclusivos das receitas correntes, como é o caso da receita tributária do IPVA.
- d) O recolhimento ocorre antes do lançamento, pois o ingresso financeiro deve anteceder a constituição do crédito tributário.
- e) A transferência dos valores arrecadados para a conta única do Tesouro caracteriza o estágio do recolhimento.

8. No contexto da execução orçamentária do Estado de Pernambuco, a Secretaria Estadual de Infraestrutura realizou, no mesmo exercício financeiro, as seguintes despesas:

- I. Pagamento da folha salarial dos servidores efetivos da secretaria.**
- II. Aquisição de computadores para equipar um novo setor.**
- III. Pagamento de juros de empréstimo contratado junto a instituição financeira.**
- IV. Construção de uma nova rodovia estadual ligando municípios do interior.**
- V. Contratação de serviço terceirizado de limpeza predial.**

Considerando que o gestor responsável precisa classificar as despesas com base na classificação das despesas públicas segundo a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) O gestor deve classificar as despesas dos itens I e III como despesas de capital, que são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- b) O gestor deve classificar as despesas dos itens IV e V como despesas correntes, que são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- c) O gestor deve classificar todas as despesas como despesas correntes, pois as mesmas foram realizadas no mesmo exercício financeiro.
- d) O gestor deve classificar apenas a despesa do item III como despesa corrente, conceituada como uma despesa que não contribui, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- e) O gestor deve classificar as despesas dos itens II e IV como despesas de capital, que são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

9. Em determinado exercício financeiro, o governo do estado de Pernambuco autorizou a Secretaria Estadual de Saúde a realizar a contratação de uma empresa para fornecer medicamentos destinados à rede pública hospitalar. Após a assinatura do contrato administrativo, a autoridade competente reservou parte da dotação orçamentária para garantir o pagamento futuro da despesa, emitindo o documento correspondente antes da entrega dos medicamentos.

Com base na situação apresentada e nas normas relacionadas à despesa pública, assinale a alternativa correta.

- a) O ato descrito no enunciado corresponde ao empenho da despesa, considerado como o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- b) O ato descrito no enunciado corresponde à liquidação da despesa, considerado o primeiro estágio da execução da despesa.
- c) O ato descrito no enunciado corresponde à fixação da despesa, que cria para o Estado obrigação de pagamento independentemente da entrega do material contratado.
- d) O ato descrito no enunciado corresponde à liquidação da despesa, estágio realizado geralmente antes do empenho.
- e) O ato descrito no enunciado corresponde ao empenho da despesa, que representa o efetivo pagamento da despesa pública ao fornecedor contratado.

10. Durante o exercício financeiro de 2026, a Secretaria de Educação do estado da Bahia contratou uma empresa para fornecer computadores destinados às escolas públicas estaduais. Após a entrega dos equipamentos, servidores públicos designados conferiram a quantidade recebida, verificaram a conformidade com o contrato administrativo e atestaram a regularidade da entrega, reconhecendo o direito da empresa ao recebimento do valor contratado.

Com base na situação apresentada e nas normas da execução da despesa pública, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento descrito corresponde ao pagamento da despesa, pois houve reconhecimento do direito do credor.
- b) O procedimento descrito corresponde ao empenho da despesa, já que os servidores atestaram a regularidade da entrega.
- c) O procedimento descrito corresponde à arrecadação da receita pública, pois houve ingresso de bens no patrimônio estadual.
- d) O procedimento descrito corresponde à liquidação da despesa, etapa em que se verifica o direito adquirido pelo credor com base em títulos e documentos comprobatórios.
- e) O procedimento descrito corresponde à fixação da despesa orçamentária, realizada na elaboração da Lei Orçamentária Anual.

11. Ao final do exercício financeiro de 2026, o governo do estado de Ceará verificou que determinada despesa referente à reforma de escolas públicas havia sido empenhada e liquidada, mas o pagamento ao fornecedor não pôde ser efetuado até 31 de dezembro em razão de insuficiência momentânea de caixa. Diante disso, a despesa foi inscrita para pagamento no exercício seguinte.

Com base na situação apresentada e nas normas de contabilidade pública, assinale a alternativa correta.

- a) A despesa deverá ser cancelada, pois toda despesa não paga até o encerramento do exercício perde validade automaticamente.
- b) A despesa deverá ser inscrita em restos a pagar processados, pois houve empenho e liquidação antes do encerramento do exercício, mas não houve pagamento no mesmo exercício.
- c) A despesa deverá ser inscrita na conta “outras despesas”, já que o pagamento não foi efetuado no mesmo exercício financeiro.
- d) A despesa não poderá ser inscrita em restos a pagar, já que despesas de obras e reformas exigem pagamento imediato.
- e) A inscrição em restos a pagar depende exclusivamente da autorização do fornecedor contratado.

12. Durante o exercício financeiro de 2026, a Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais precisou realizar despesas urgentes e de pequeno valor durante uma operação policial em região distante da capital, como aquisição de materiais de consumo imediato e pequenos reparos emergenciais em viaturas. Diante da impossibilidade de realizar o procedimento licitatório em tempo hábil, foi concedido a um servidor responsável um valor em espécie para que ele efetuasse diretamente as despesas necessárias, devendo posteriormente prestar contas dos gastos realizados.

Com base na situação apresentada e nas normas de execução da despesa pública, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento descrito corresponde a restos a pagar, pois envolve despesas urgentes não liquidadas dentro do exercício.
- b) O procedimento descrito corresponde a empenho da despesa, pois houve reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro.
- c) O procedimento descrito corresponde a pagamento direto ao fornecedor, realizado mediante ordem bancária sem necessidade de prestação de contas.
- d) O procedimento descrito corresponde à arrecadação de receita pública, já que houve movimentação de recursos em espécie pelo Estado.
- e) O procedimento descrito corresponde a suprimento de fundos, modalidade excepcional de adiantamento de recursos para realização de despesas que não podem aguardar ao processo normal de aplicação.

13. Durante o exercício financeiro de 2026, o governo do estado de Paraná divulgou relatório de gestão fiscal indicando que as despesas com pessoal do Poder Executivo ultrapassaram o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diante desse cenário, o Tribunal de Contas recomendou a adoção de medidas de contenção de gastos, incluindo restrições à criação de cargos e à concessão de vantagens remuneratórias.

Com base na situação apresentada e nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta.

- a) O ultrapassamento do limite prudencial impede qualquer tipo de gasto público pelo Estado até a recondução imediata ao limite legal.
- b) O limite prudencial corresponde ao limite máximo de despesa com pessoal, sendo proibida qualquer despesa adicional a partir desse ponto.
- c) O atingimento do limite prudencial impõe restrições, como vedação à criação de cargos, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa e concessão de vantagens, aumentos ou reajustes, salvo exceções previstas na LRF.
- d) O limite de despesa com pessoal aplica-se apenas ao Poder Executivo, não alcançando Legislativo, Judiciário e demais órgãos autônomos.
- e) O excesso de despesa com pessoal é considerado irregularidade sanável apenas mediante aprovação de lei complementar estadual específica.

14. Durante o exercício financeiro de 2026, o governo do estado de Rio Grande do Sul constatou, por meio do Relatório de Gestão Fiscal, que a dívida consolidada líquida ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal. Diante disso, o Poder Executivo estadual passou a adotar medidas de ajuste fiscal.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), assinale a alternativa correta.

- a) O Estado deve suspender imediatamente toda e qualquer despesa corrente, inclusive salários e serviços essenciais, até a regularização da dívida.
- b) A LRF permite que o ente ultrapasse o limite da dívida sem qualquer consequência, desde que haja previsão na lei orçamentária anual.
- c) O limite da dívida consolidada aplica-se apenas à União, não sendo exigível para estados e municípios.
- d) A ultrapassagem do limite da dívida consolidada implica a vedação à realização de operações de crédito, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias.
- e) A superação do limite da dívida autoriza automaticamente a contratação de novas operações de crédito para financiar programas de investimento.

15. Durante o exercício financeiro de 2026, o governo do estado de Goiás verificou que a receita arrecadada ficou abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante disso, o Poder Executivo publicou um decreto determinando a limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta.

- a) O poder executivo agiu de forma equivocada, pois a limitação de empenho é vedada pela LRF, pois impede a execução integral do orçamento aprovado pelo Poder Legislativo.
- b) O poder executivo agiu de forma equivocada, pois a limitação de empenho somente pode ser aplicada pelo Poder Legislativo, não alcançando os demais Poderes e órgãos autônomos.
- c) O poder executivo agiu de forma correta, pois a limitação de empenho e movimentação financeira é um mecanismo previsto na LRF para garantir o cumprimento das metas fiscais quando a arrecadação não comporta o cumprimento integral da programação orçamentária.
- d) O poder executivo agiu de forma equivocada, pois a LRF determina que, em caso de frustração de receita, ao invés da limitação de empenho, o Estado deve automaticamente aumentar a carga tributária para manter o nível de despesas previsto na LOA.
- e) O poder executivo agiu de forma correta, porém, a limitação de empenho só pode ser adotada após autorização do Tribunal de Contas ou do Poder Judiciário.

16. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027, o governo do estado de Amazonas encaminhou à Assembleia Legislativa projeto contendo previsão de receitas, fixação de despesas, autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

Com base nos limites e nas regras de responsabilidade definidos nos artigos 165 e 167 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o §10º do art. 165 da Constituição Federal, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- b) A regra é que a lei orçamentária anual sempre poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- c) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- d) É permitida a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- e) É permitida a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

17. Durante a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027, o governo do estado de Alagoas decidiu apresentar separadamente os orçamentos de cada secretaria estadual, sem consolidação em um único documento, além de prever receitas e despesas apenas de parte dos órgãos da administração pública estadual. Por fim, elaborou o orçamento para o período de dois anos. O objetivo alegado era facilitar a gestão administrativa de cada área governamental.

Com base nos princípios orçamentários previstos na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A prática apresentada respeita o princípio da universalidade, pois a inclusão parcial das receitas e despesas é suficiente para atender às exigências legais.
- b) A elaboração de orçamentos separados para cada secretaria atende ao princípio da unidade.
- c) O governo agiu corretamente, já que os princípios orçamentários são aplicados apenas na esfera federal.
- d) A Lei nº 4.320/1964 determina que todas as receitas e despesas do ente público devem constar da Lei Orçamentária, em observância ao princípio da universalidade.
- e) A elaboração do orçamento para o período de dois anos não desrespeita nenhum princípio orçamentário, desde que tenha havido um bom planejamento das receitas e despesas.

18. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, o governo do estado de Pernambuco decidiu adotar mecanismos de orçamento sensível, com foco em raça, gênero e primeira infância. Para isso, criou classificações específicas para identificar programas destinados à redução das desigualdades raciais, à promoção de políticas públicas para mulheres e ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. Além disso, determinou que os órgãos estaduais apresentassem indicadores para monitorar os resultados dessas ações.

Considerando as características do orçamento sensível no contexto da administração pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento sensível substitui a classificação funcional-programática tradicional prevista nas normas de finanças públicas, fazendo com que as despesas sejam organizadas exclusivamente por grupos sociais beneficiados.
- b) O orçamento sensível impede a utilização de recursos em políticas universais, restringindo os gastos apenas a programas destinados a grupos vulneráveis.
- c) O orçamento sensível somente pode ser implementado pela União, sendo vedada sua adoção por estados e municípios em razão do princípio da simetria orçamentária.
- d) O orçamento sensível busca incorporar no processo orçamentário as necessidades específicas dessas populações e tem por objetivo garantir que a destinação de recursos públicos seja mais igualitária e atenda necessidades de diferentes grupos sociais.
- e) O orçamento sensível elimina a necessidade de avaliação de resultados das políticas públicas, pois sua finalidade principal é apenas ampliar a discricionariedade administrativa.

19. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 do estado da Bahia, verificou-se que a dotação destinada à manutenção de hospitais regionais era insuficiente para atender ao aumento das despesas com medicamentos e materiais hospitalares. Para solucionar a situação, o governador autorizou a abertura de um crédito adicional destinado ao reforço da dotação orçamentária, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação apurado no exercício.

Considerando as normas aplicáveis aos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de crédito suplementar, destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente.
- b) Trata-se de crédito especial, destinado à criação de despesa não prevista na LOA.
- c) Trata-se de crédito extraordinário, destinado ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes.
- d) O crédito em questão dispensa autorização legislativa prévia, por envolver despesa na área da saúde.
- e) O excesso de arrecadação não pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais.

20. No mês de março de 2026, fortes enchentes atingiram diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, causando destruição de pontes, escolas e hospitais públicos. Diante da necessidade urgente de assistência à população e reconstrução emergencial da infraestrutura, o governo estadual editou ato para abertura imediata de crédito adicional, independentemente de prévia autorização legislativa.

Com base nas disposições da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) O instrumento adequado seria o crédito extraordinário, que é cabível para despesas urgentes e imprevisíveis decorrentes de calamidade pública.
- b) O instrumento adequado seria o crédito suplementar, destinado ao reforço de despesas já previstas na LOA.
- c) O instrumento adequado seria o crédito especial, destinado exclusivamente à criação de novos programas governamentais permanentes.
- d) Créditos extraordinários dependem sempre de autorização legislativa prévia específica.
- e) Créditos extraordinários somente podem ser abertos pela União, sendo vedados aos estados.